

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO SOCIOEMOCIONAL: RELATO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL**

Vanusa Ramos de Sousa <sup>1</sup>  
Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Buriti <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente projeto traz uma apresentação de práticas pedagógicas objetivas, proporcionando um debate inclusivo diante do referencial que contemplam a educação especial e inclusiva no sistema prisional. Neste caso protagonizando a educação em prisões em uma atuação expressiva na perspectiva de educação de jovens e adultos impulsionando todos a focarem no mesmo objetivo. Educação inclusiva no processo socioemocional, demarcando as possibilidades, as necessidades e as limitações existente, mas que nos faz pensar acerca das emoções e ressocialização numa perspectiva pedagógica e eficaz, apresentando reflexões. Neste contexto, o desenvolvimento dessa intervenção pedagógica se deu a partir da execução de atividades realizadas com eixos temáticos, proporcionando momentos de reflexão após cada ação desenvolvida, tornando ainda mais significativo mais os alunos apenados, tendo em vista a similaridade com o dia a dia deles na unidade prisional. Neste caso o projeto pedagógico, foi desenvolvido no componente curricular de Geografia pela professora Vanusa Ramos, e teve como público alvo os alunos privados de liberdade da Cadeia Pública da cidade de São João do Cariri, PB, matriculados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertada pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, por meio da Escola Severino Medeiros Ramos, localizada no distrito Malhada da Roça, zona rural da cidade de São João do Cariri-PB. Na forma como está constituído o sistema prisional contribui para o aprofundamento das múltiplas exclusões vivenciadas pelos reclusos, são muitos os elementos que podem trazer vários problemas de saúde, afetando também a saúde socioemocional das pessoas privadas de liberdade. A ruptura com o convívio em sociedade afeta diretamente a saúde mental dos alunos privados de liberdade, de modo que essa dimensão socioemocional não deve ser desprezada na prática pedagógica do professor.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Sistema Prisional, Socioemocional.

### **INTRODUÇÃO**

O acesso à educação no Brasil tem sido historicamente desafiador, revelando problemas diversos, entre os quais, as desigualdades sociais que estão enraizadas na base da sociedade brasileira. Neste cenário, a exclusão escolar é cada vez mais comum e se manifesta de muitas formas, desde aquela caracterizada pelo sujeito quem chega a ter

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [vanusaramosdesousa@gmail.com](mailto:vanusaramosdesousa@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti, [martaburitageo@gmail.com](mailto:martaburitageo@gmail.com).

acesso à escola, até aquela em que tem-se o acesso à escola mas as dificuldades de permanecer levam a evasão.

Resolver este quadro não tem sido, necessariamente, uma prioridade dos governantes ao longo do tempo, de modo que a forma como o problema evoluiu e se configura atualmente o torna ainda mais complexo, exigindo muito mais do que simples ações pontuais na educação. É necessário e urgente a adoção de reformas amplas e estruturais que possam surtir efeito no quadro de desigualdades que se perpetua.

Não há como vislumbrar uma sociedade mais igualitária e justa sem antes requerer uma transformação qualitativa na educação pública, para que esta seja acessível e ofertada com qualidade. Sabe-se que as diferenças econômicas e sociais têm relação direta com os níveis de escolarização, o que nitidamente garante mais oportunidades para as pessoas que têm acesso à educação em seus níveis mais elevados. Por outro lado, como consequência, a exclusão escolar contribui significativamente para a vulnerabilidade social, estreitando inclusive a relação entre pobreza e criminalidade.

É partindo destas reflexões que priorizamos neste trabalho uma discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada no sistema prisional. Desta forma, entre as reflexões construídas, não deixamos de abordar o papel da educação e mais especificamente da EJA e do ensino de Geografia na inclusão das pessoas privadas de liberdade. Assim, levando em conta a experiência docente vivenciada na Cadeia Pública do município de São João do Cariri-PB, o objetivo que norteou a realização deste trabalho consistiu em analisar a prática docente e o ensino de Geografia na EJA no sistema prisional.

A atuação docente na referida unidade prisional ocorre desde março de 2021, onde vem sendo construída uma prática junto a detentos matriculados em turmas da EJA, tanto em ciclos equivalentes ao ensino fundamental II (Ciclo III e Ciclo IV), como em ciclos equivalentes ao ensino médio (Ciclo V e Ciclo VI). Com relação a metodologia utilizada para a realização do trabalho, contamos com uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos adotados, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa-ação desenvolvida no âmbito da prática docente.

O interesse QUE pesquisa partiu das reflexões realizadas no contexto da própria prática docente no ensino de Geografia na unidade prisional, em que sentiu-se a necessidade de analisar a realidade vivenciada destacando o papel da EJA na educação prisional a partir da prática docente e do ensino de Geografia. Acreditamos que o trabalho é relevante, uma vez dá destaque a um contexto educacional pouco discutido, que é a

realidade do ensino nas prisões, e a configuração do ensino de Geografia neste cenário.

Também foi percebido que os resultados foram positivos, evidenciando um avanço no comportamento dos apenados que ali se encontravam, bem como nas expressões de sintomas socioemocionais. Eles passaram a perceber que a empatia e o autocontrole devem estar presentes na vida do ser humano. Essa perspectiva metodológica, voltada para a inclusão da saúde socioemocional dos detentos no processo educativo, foi vista por eles como algo positivo, e notamos ser importante do ponto de vista do fortalecimento da autoestima dos indivíduos privados de liberdade.

Com base nos resultados obtidos, podemos afirmar que a prática docente na EJA no sistema prisional é um exercício que, ao contrário do que é muitas vezes julgado pela sociedade, leva ao professor inúmeras experiências positivas pautadas sobre a mediação de desafios e possibilidades que emergem para a construção do conhecimento junto aos detentos. O ensino de Geografia, neste cenário, torna-se um importante instrumento de formação social para a população privada de liberdade. Há muitos desafios postos pelos problemas estruturais que caracterizam o sistema prisional brasileiro, isso é fato e implica na construção do processo de ensino- aprendizagem, requerendo soluções estruturais por parte dos agentes responsáveis. Contudo, é possível, no âmbito da construção da prática docente adotar estratégias que podem tornar o ensino mais significativo, aspecto que não deve ser visto como fator de responsabilização do professor pelas soluções para problemas que não compete a ele resolver, mas que reforça a importância do professor como um sujeito sempre preocupado com a educação e com a sua ressignificação.

## **METODOLOGIA**

Toda pesquisa precisa ser estruturada a partir de um caminho metodológico que torne viável a investigação e a chegada até os resultados. Na busca por analisar a prática docente e o ensino de Geografia na EJA no sistema prisional, partimos de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2001, p. 21) este tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Seguindo a abordagem qualitativa, foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica consiste em um

procedimento que parte “do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32). Nesta busca por teoria, foram pesquisados textos sobre o ensino de Geografia, sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre a educação prisional. Na pesquisa documental, tivemos a oportunidade de analisar as Diretrizes Operacionais da Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba, ano 2021.

Na pesquisa-ação, que se desenvolveu no curso da prática docente realizada no *locus* do estudo, foi possível desenvolver as ações e acompanhar os seus resultados, em uma análise contínua. Para Kemmis e Mc Taggart (1988, p.83):

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem.

Dessa forma, a pesquisa-ação como metodologia desenvolvida na prática docente consiste em uma oportunidade para refletir sobre o contexto que se está inserido. As reflexões aqui apresentadas levam em conta a prática docente desenvolvida durante este ano de 2021, na Cadeia Pública do município de São João do Cariri.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A prática do professor é uma construção que envolve muitos fatores, entre eles aqueles relacionados com a formação docente e aqueles existentes na realidade escolar. Neste sentido, é necessário ter em mente que a prática docente é algo que está em constante transformação, se aprimorando na medida em que vai sendo reelaborada de acordo com os diferentes contextos escolares e as demandas que deles emergem para a formação escolar e social dos alunos.

Para Copatti (2015, p. 5) “no exercício da prática educativa encontramos uma série de desafios que exigem uma profunda reflexão em torno da importância da educação para a formação humana e em torno do processo de ensinar e aprender”. Desta forma, a construção de um processo de ensino-aprendizagem em Geografia que seja significativo

exige uma prática docente dinâmica. Para isso, é fundamental que o ensino de Geografia seja pautado em inovação e em apoio pedagógico. Conforme Copatti (2015, p. 5):

Pensar uma adequada formação dos educandos demanda pensar sobre o papel do educador no desenvolvimento da aprendizagem e no desenvolvimento da criatividade. O professor tem por compromisso o desenvolvimento de suas atividades considerando uma grande diversidade de atores sociais e de necessidades no ambiente escolar, sendo assim, precisa considerar o desenvolvimento das potencialidades dos seus educandos, vislumbrando uma aprendizagem significativa.

Assim, é necessário compreender o papel do ensino de Geografia na formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade. Segundo Straforini (2018), o ensino de Geografia na escola é capaz de possibilitar leituras reflexivas e críticas do mundo, ou ainda, capaz de formar o cidadão crítico-transformador, uma vez que a Geografia se coloca como aquela que vai desvendar a realidade. Para que a Geografia tenha esse efeito na formação escolar dos alunos, no entanto, é importante que a construção dos conhecimentos geográficos seja amparada por uma prática docente bem planejada e fundamentada teoricamente. Para Franco (2016, p. 536), essa prática, “em seu sentido de *práxis*, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo”.

É muito comum nos cursos de licenciatura plena haver um distanciamento entre a teoria e prática, e este aspecto da formação docente muitas vezes se faz presente também no âmbito da prática. Contudo, é preciso salientar que a formação completa e eficiente do professor precisa contar com a devida relação entre a teoria e prática (PIMENTE; LIMA, 2006), pois só com a união de ambas é possível se preparar bem para exercer a docência e saber lidar com todos os seus desafios.

Segundo Almeida, Casagrande e Gomes (2014, p.01):

A teoria e prática conduzem para um caminho onde não é possível desvincular uma da outra, procurando fazer existir um elo que ligue-as no sentido de conduzir para a construção do conhecimento e na aplicação deste conhecimento, partindo do entendimento que teoria e prática podem ser definidas como *práxis* no momento em que ambas significam o ideal e o material, como condição essencialmente humana.

Desse modo, a prática docente e o ensino de Geografia caminham juntos na formação de alunos críticos e conscientes. Uma boa prática docente se constrói na formação na academia e na vivência na escola, onde as aprendizagens docentes vão sendo realinhadas conforme a realidade que se apresenta ao professor e de acordo com as formações continuadas. Assim, o ensino de Geografia para ser significativo deve contar com uma prática docente dinâmica.

## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ASPECTOS GERAIS**

A educação de Jovens e Adultos (EJA) possui dentro do seu foco maior, que é permitir a formação escolar de sujeitos que não puderam frequentar a escola ou nela permanecer em idade regular, uma série de abrangências que vão desde a preparação para o mercado de trabalho, até a formação cidadã e política. Dessa forma, trata-se de uma modalidade muito importante que detém um papel que vai além do sentido imediato de permitir a conclusão dos estudos escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96, em seu Artigo 37, determina que: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

De acordo com Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 58):

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático. Trata-se, de fato, de um campo pedagógico fronteiriço, que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica.

Isso quer dizer, entre outras coisas, que a EJA vai além da simples oferta de educação para quem não teve acesso à escola em idade regular. Ela consiste em uma ferramenta importante para romper as desigualdades inserindo jovens e adultos na escola e na sociedade com mais dignidade e igualdade de oportunidades. Para isso, é indispensável

que esta modalidade, como apontam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), deixe de ser vista de forma marginalizada e compensatória e passe a receber cada vez mais atenção, investimentos, tornando-se alvo de inovações diversas, inclusive curriculares e pedagógicas.

De acordo com Sampaio (2009), como reflexo de uma história de contradições e desigualdades sociais no Brasil no que se refere a EJA, “até hoje ainda sobressai sua função supletiva compensatória (educação para pessoas que não tiveram o direito à escola antes da vida adulta) praticada por boa parte das instituições” (SAMPAIO, 2009, p. 17). Essa visão contribuiu para que a EJA seja vista e desenvolvida como modalidade reparadora e não com a função de permitir o acesso a aprendizagens significativas, capazes de transformar de fato a vida dos sujeitos.

O ensino de jovens e adultos no Brasil é algo que já vem sendo identificado desde o período colonial. Segundo Strelhow (2010, p. 51):

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional. A Companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas.

Desta forma, observa-se que a educação voltada para jovens e adultos é algo que aparece na história do Brasil há bastante tempo, começando com a alfabetização indígena e depois se fazendo necessária diante da exclusão escolar de boa parte da população.

Do ponto de vista da legislação, a educação de jovens e adultos ganha mais destaque sobretudo a partir da década de 1971, quando aparece na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692) promulgada em 1971. De acordo com Oliveira (2007), foi a primeira vez na história das legislações educacionais que um capítulo foi destinado à EJA, então chamada de ensino supletivo. De acordo com Paiva (1987) apud Oliveira (2007, p. 245) “nos idos de 1974, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) propôs a implantação de Centros de Estudos Supletivos (CES) como a solução mais viável para essa

modalidade de ensino [...]”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes para a EJA, na lei atual, “o sentido da EJA assume a condição de uma educação que qualifica, ao invés de suprir, desaparecendo com isso a noção de supletivo [...] a atual LDB portanto, passa a denominar “educação de jovens e adultos”, o que a lei anterior chamava de “ensino supletivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 247).

Diante do que podemos observar acerca destes aspectos gerais sobre a EJA, fica claro que há um desafio em tornar essa modalidade uma estratégia para levar à formação significativa dos sujeitos. Contudo, é necessário e urgente que a EJA não compareça apenas como uma modalidade compensatória que visa reparar uma lacuna deixada por uma sociedade desigual e por uma educação escolar historicamente excludente para uma grande parcela da população.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL**

A educação de jovens e adultos (EJA) desempenha um papel crucial na saúde mental e no desenvolvimento socioemocional de indivíduos privados de liberdade. No contexto prisional, a EJA se apresenta como uma ferramenta essencial para promover uma educação inclusiva que vá além do aprendizado acadêmico, integrando competências socioemocionais fundamentais como empatia, autocontrole e autoestima. Este processo educativo visa adaptar os alunos ao seu contexto específico, proporcionando-lhes habilidades e conhecimentos que favoreçam a reflexão pessoal e a reintegração social.

A abordagem socioemocional no ambiente prisional tem mostrado resultados positivos, evidenciando avanços no comportamento dos detentos e na expressão de sintomas socioemocionais. A médio prazo, a inclusão dessas práticas contribui para melhorar o pensar, o ser, o querer e o saber dos apenados, fortalecendo sua autoestima e senso de identidade. Além disso, momentos reflexivos e educativos, como leituras sobre direitos e deveres, incentivam os detentos a refletirem sobre seu próprio eu e a buscarem uma nova vida.

Portanto, a saúde emocional deve ser considerada um bem-estar social essencial, especialmente para os alunos em unidades prisionais que estão excluídos do convívio social. A educação inclusiva no sistema prisional não só oferece uma oportunidade de aprendizado



acadêmico, mas também promove a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para uma reintegração efetiva na sociedade, tornando-se um caminho fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste trabalho foi possível aplicar habilidades socioemocional na unidade prisional de São João do Cariri de forma que possibilite o desenvolvimento consciente na vida dos apenados visando uma vida social e seu meio fazendo-nos entender que a vida tem sentido, e também seu. a partir da descoberta para uma nova vida. As experiências e vivências tem como objetivo que busca o começo de novas histórias, quando se entende as emoções e os padrões, que nem sempre é compreendida, bem como as relações do pensar pode ser relevante e fundamental para a saúde de todos.

A educação de jovens e adultos (EJA) tem um papel importante na saúde mental do indivíduo privado de liberdade, pois chega como uma ferramenta primordial para incorporar uma educação socioemocional, adaptando os alunos ao seu contexto, mostrando que devemos ter empatia, autocontrole e autoestima. A médio prazo, essa abordagem melhora o pensar, o ser, o querer e o saber, contribuindo para a compreensão e desenvolvimento pessoal. Assim, podemos dizer que a saúde emocional deve ser vista como um bem-estar social, um aspecto crucial para a vida dos alunos da unidade prisional, que estão excluídos do meio social. Para esse público, momentos reflexivos, como leitura sobre direitos e deveres, fazem-nos pensar acerca do seu próprio eu, bem como buscar viver uma nova vida. A reflexão é o caminho para viver em uma sociedade inclusiva.

A construção da prática docente é sempre algo desafiador e tende a ser muito mais a depender do contexto onde ocorre e das condições que este contexto oferece para o trabalho do professor e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos alunos. Na educação prisional, que é ofertada através da EJA, os desafios também se fazem presentes, sobretudo quando se leva em conta que esta não deve se configurar como uma educação meramente compensatória a ser oferecida de qualquer jeito para pessoas privadas de liberdade. A educação prisional é fundamental para a ressocialização dos detentos, e para isso deve ser ofertada com planejamento e investimentos, porque é desta forma que poderá ser efetiva.

A construção da prática docente na Cadeia Pública de São João do Cariri ocorre

subsidiada pelo planejamento pedagógico desenvolvido junto a equipe pedagógica da EEEF Severino Medeiros Ramos e da ECI Jornalista José Ramos, que pertencem a rede estadual de ensino da Paraíba e no município de São João do Cariri são responsáveis por ofertar a EJA na unidade prisional. A EEEF Severino Medeiros Ramos oferta os ciclos correspondentes ao ensino fundamental II e a ECI Jornalista José Ramos oferta os ciclos correspondentes ao ensino médio.

Os resultados e reflexões que apresentamos aqui decorrem da experiência docente vivenciada e analisada no curso da pesquisa-ação nas turmas dos ciclos da EJA do ensino fundamental dois, especificamente o ciclo III (equivalente ao sexto e sétimo anos) e o ciclo IV (equivalente ao oitavo e nono anos); e, dos ciclos da EJA do ensino médio, ou seja, o ciclo V (equivalente ao primeiro e segundo anos) e o ciclo VI (equivalente ao terceiro ano do ensino médio). A experiência vivenciada e aqui discutida tem como base o corrente ano.

O ano letivo de 2021, como sabemos, é palco de um cenário adverso marcado pela pandemia da Covid-19, que desde o ano de 2020 tem resultado na implementação do ensino remoto. No sistema prisional, como os apenados não têm acesso às plataformas digitais para acesso às aulas por videoconferência ou outras formas via *internet*, durante esse período de pandemia e medidas sanitárias as aulas têm acontecido através da disponibilização de materiais impressos, os quais são entregues na unidade prisional uma vez por semana e depois recolhidos para correção das atividades. A cada semana um professor da turma em que os detentos estão matriculados fica responsável por entregar as atividades de todos os componentes e por fazer uma explanação geral sobre as atividades. Segue-se um sistema de rodízio, a cada semana um professor diferente vai até a unidade prisional. Essa foi a estratégia encontrada para que pudessem ser respeitadas as normas sanitárias de controle da transmissão da Covid-19.

Os conteúdos e atividades trabalhadas seguem as orientações e eixos temáticos sugeridos pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba. Desta forma, cada componente, a exemplo do Componente de Geografia, aborda conteúdos da grade curricular da EJA e trabalha temas gerais disponibilizados pela Secretária Estadual de Educação.

A construção da prática docente na unidade prisional enfrenta desafios, que vão desde questões pedagógicas até questões de infraestrutura. Um destes desafios de natureza pedagógica tem a ver justamente com os conteúdos trabalhados. A educação precisa ser um processo contextualizado, mas a falta de uma organização curricular que leve em conta as especificidades da EJA e da EJA na educação prisional que em si é um cenário permeado

de especificidades. Desta forma, a construção do processo de ensino-aprendizagem em Geografia acaba seguindo conteúdos do ensino regular, pois até mesmo para a EJA na escola há dificuldade de acesso a materiais específicos. Não existe a disposição dos professores e dos alunos materiais didáticos adaptados, cabendo somente ao professor criar formas alternativas para aproximar os conteúdos e os materiais da realidade da EJA na educação prisional.

Nesta direção, uma estratégia encontrada para tornar o ensino de Geografia mais significativo foi buscar intercalar aos conteúdos específicos deste componente a discussão de temas relevantes diante do contexto, a exemplo do tema saúde mental em tempos de pandemia (Apêndice A), tema abordado durante o mês de setembro. Com essa discussão, foi possível trabalhar junto com os sujeitos privados de liberdade questões emocionais vistas do ponto de análise das ciências sociais. Foi uma forma de estabelecer o diálogo com os apenados e dá voz as suas expressões e falas através das atividades realizadas.

No ensino de Geografia na unidade prisional, a prática docente tem sido mediada com base em uma metodologia que permita a valorização do sujeito aprendiz. Desta forma, nos contatos presenciais na Cadeia Pública, a interação é sempre pautada na necessidade de colocar estes sujeitos no centro do processo de aprendizagem. Essa perspectiva metodológica voltada para a inclusão dos detentos no processo educativo é vista por eles como algo positivo, e notamos ser importante do ponto de vista do fortalecimento da autoestima destes sujeitos.

Outro desafio presente na prática docente na unidade prisional é a falta de um espaço apropriado para as aulas. O contato com os alunos na Cadeia Pública é feito em um espaço improvisado no corredor da penitenciária, ficando os apenados nas selas e o professor no corredor usando um quadro fixado no próprio corredor. Como destaca Cacicedo (2016, p. 132) “as celas das prisões brasileiras são os locais mais inadequados que podem existir para uma atividade de leitura e estudo, uma vez que a superlotação e a conseqüente falta de espaço, iluminação e salubridade como um todo tornam tais atividades inviáveis”. Com esse aspecto que se generaliza nas unidades prisionais brasileiras, torna-se difícil construir aprendizagens significativas, pois até a concentração, tão necessária ao ato de aprender, é dificultada.

Estes desafios vão de encontro a problemas que são estruturais do sistema carcerário no Brasil, onde muitas vezes prevalece situações de superlotação e falta de acesso a itens básicos. Nesse contexto, a educação encontra dificuldade para se concretizar

como uma ação verdadeiramente transformadora. O ensino de Geografia pode comparecer como um instrumento de formação social e cidadã na educação prisional, mas para isto precisa também de estrutura para se efetivar, a exemplo de materiais didáticos e recursos que levem em conta a realidade em questão.

Apesar destes desafios, é importante salientar que a prática docente no contexto da educação prisional pode se fortalecer e se organizar a partir de metodologias e estratégias que envolvam os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. Através destas ações docentes é possível desenvolver vias em prol de uma educação prisional baseada em um processo educativo mais significativo. Neste processo, o ensino de Geografia pode ser importante para ajudar na formação cidadã dos sujeitos e consequentemente auxiliar no processo de ressocialização. A Geografia é um campo de conhecimento que articula muitas questões da sociedade e de sua organização histórica no espaço, tendo-se a partir deste componente a oportunidade de refletir sobre desigualdades sociais, pobreza, mercado de trabalho, entre outras questões que tornam-se válidas na construção de visões de mundo mais amplas e cidadãs.

Para isso é preciso pensar um contexto melhor para a educação prisional, com currículo que leve em conta a contextualização do processo de ensino-aprendizagem e com investimentos em recursos materiais e infraestrutura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho procuramos refletir acerca do ensino de Geografia e da prática docente configurada na EJA na educação prisional. Por meio deste estudo percebe-se quanto a educação no contexto prisional precisa avançar para que se torne mais inclusiva e se torne de fato uma via importante para o processo de ressocialização.

A educação prisional, mas do que um dever do Estado a ser apenas ofertado, deve se ofertada com qualidade pois só assim poderá ser efetiva na formação cidadã dos apenados. Com a pandemia da Covid-19, a educação prisional também foi afetada, pois o contato com os professores tornou-se mais limitado e baseado principalmente nas atividades e materiais impressos.

No cenário adverso em questão, é importante que no âmbito da prática docente sejam adotadas estratégias que possam obter um desdobramento positivo na formação dos sujeitos. Contudo, isso não exime a necessidade de buscar melhorias estruturais no sistema

prisonal e específicas na educação prisional, pois deve-se levar em conta também estas ações estruturais para não responsabilizarmos apenas o professor por transformações que não cabem somente a ele.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. de; CASAGRANDE, L. R; GOMES, W. A. Ensino de Geografia: o teórico e a prática na formação do professor. In: **12º Encontro de geógrafos da América Latina (EGAL)**, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação em Prisões**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17460-educacao-em-prisoos-novo> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

CACIDEDO, P. Desafios para a educação nas prisões na era do grande encarceramento. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, s/v, n. 4, p. 122-138, 2016.

COPATTI, C. O ensino da Geografia na contemporaneidade e a prática docente para despertar da criatividade. In: VI Congresso Internacional de Educação, Santa Maria-RS, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows10/Downloads/COPATTI.%20Pr%E2%88%9A%C2%B0tica%20de%20ensino%20e%20o%20despertar%20da%20criatividade.%202014%20\(1\).p df](file:///C:/Users/Windows10/Downloads/COPATTI.%20Pr%E2%88%9A%C2%B0tica%20de%20ensino%20e%20o%20despertar%20da%20criatividade.%202014%20(1).pdf) Acesso em: 12 de jul. de 2021.

DI PIERRO, M. C; JOIA, O; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, n. 55, p. 58-77, 2001.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **IBGE Cidades- São João do Cariri-PB**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-joao-do-cariri/panorama> Acesso em: 23 de ago. de 2021.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. Como planificar la investigación-acción. Barcelona:

Editorial Alertes, 1988.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis:Vozes, 2001.80p.

MONTEIRO, et al. Uso do geoprocessamento na avaliação do comportamento da vegetação da caatinga. In: CONIDIS, 2017. Disponível em:

[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO\\_EV074\\_M D1\\_SA4\\_ID159\\_02102017134744.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO_EV074_M D1_SA4_ID159_02102017134744.pdf) Acesso em: 15 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, M. O. de M. Políticas públicas e educação de jovens e adultos. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M., (Orgs.). **Memória e formação de professores**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, 241-256. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-15.pdf>. Acesso em: 09 Ago. 2021.

OLIVEIRA, C. B. F. de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-967, 2013.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/arquivos/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoas-paraiba-2015.pdf> Acesso em: 23 de ago. de 2021.

PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba (2021)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/consultas/diretrizes-operacionais-1> Acesso em: 12 de ago. de 2021.

PIMENTA, S. G; Lima, M. S. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poiesis Pedagógica*, v. 3. n. 4, p. 5-24, 2006.

SAMPAIO, M. N. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade etensões. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009.

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DA PARAÍBA. Dados estatísticos/2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria> Acesso em: 12 de out. de 2021.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

CACIDEDO, P. **Desafios para a educação nas prisões na era do grande encarceramento.** ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, s/v, n. 4, p. 122-138,2016.

ABED, Anita. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica.** São Paulo: UNESCO/MEC, 2016.